



## **XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS 11 a 13 de outubro de 2022**

*“Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”*

**Autores:** Lucia Maria Patriota <sup>1</sup>, Aline Corrêa Nunes <sup>1</sup>, Patricia Crispim Moreira <sup>1</sup>, Thereza Karla De Souza Melo <sup>1</sup>

---

### **REFLETINDO SOBRE O ENVELHECIMENTO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA**

#### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre o processo de envelhecimento no Brasil, situar o envelhecimento na ordem capitalista e apontar os desafios de se envelhecer em um cenário marcado por um quadro de desigualdades sociais e preconceito estrutural para com a velhice. Respalda-se no referencial teórico-metodológico crítico-dialético, através de pesquisa de natureza bibliográfica, descritiva e de perspectiva qualitativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Envelhecimento. Capitalismo. Desafios.

### **REFLECTING ON AGING IN CAPITALIST SOCIABILITY**

#### **SUMMARY**

This article aims to present reflections on the aging process in Brazil, situate aging in the capitalist order and point out the challenges of aging in a scenario marked by a framework of social inequalities and structural prejudice towards old age. It is supported by the critical-dialectical theoretical-methodological framework, through research of a bibliographic, descriptive and qualitative perspective.

**KEYWORDS:** Aging. Capitalism. Challenges.

#### **INTRODUÇÃO**

Ao longo das últimas décadas, com mudanças significativas ocorridas na expectativa de vida ao nascer do brasileiro e nos índices de natalidade e mortalidade, a pirâmide etária do país vem se modificando e retratando um crescimento em seu topo, o que evidencia uma expressiva transição demográfica. O envelhecimento populacional, de fato, é um fenômeno verificado na realidade

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Da Paraíba

brasileira. Tal fenômeno deveria, pois, estar entre as prioridades do país, uma vez que o mesmo traz demandas para absolutamente todas as áreas do saber e do fazer das diferentes profissões. A necessidade de se pensar o envelhecimento na sociabilidade capitalista e evidenciar possibilidades de se construir uma sociedade solidária e de apoio intergeracional faz-se urgente.

Assim, o presente artigo toma como objeto de reflexão o envelhecimento na sociabilidade capitalista e tem por objetivos apresentar reflexões sobre o processo de envelhecimento no Brasil, situar o envelhecimento na ordem capitalista e apontar os desafios de se envelhecer em um cenário marcado por um quadro de desigualdades sociais e preconceito estrutural para com a velhice.

Partimos do pressuposto de que o processo de envelhecimento deve ser compreendido num campo das várias determinações com a demografia, com as perdas biológicas, de funcionalidades e sociais, no processo de trabalho, de trocas em diversos âmbitos e em seus estilos de vida, deve-se considerar o contexto que envolve os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais. Portanto, observado como uma realidade, o processo de envelhecimento necessita de maior atenção do poder público e da sociedade civil para enfrentar os desafios de maneira que a velhice possa ser vivenciada de forma digna, saudável e com pleno gozo de direitos e garantias civis, políticas e sociais.

A escolha do objeto em tela justifica-se pelo atual processo de envelhecimento populacional verificado no Brasil, além de sua estreita relação com o serviço social, constituindo-se em uma expressiva demanda posta a profissão. A literatura estudada em nossos espaços de formação acadêmica levantou questionamentos e preocupações sobre esse processo no país que cultiva a cultura da juventude e no qual envelhecer é considerado uma decadência do ser humano, visto que, inseridos no modo de produção capitalista, o idoso percebe-se num processo de exclusão devido à perda das suas forças físicas e se insere num contexto de preconceitos e discriminações, acarretando violação de seus direitos. O envelhecimento da população é marcante, porém, o idoso é relegado à condição de incapaz, inútil, o que o torna vítima de preconceitos devido à idade e a experimentar cenas de discriminações. Dessa forma, o envelhecimento populacional brasileiro impõe grandes desafios às políticas públicas de um modo geral, já que, no cenário neoliberal, de redução do Estado as políticas sociais não atendem a essa população com qualidade, atenção e respeito.

Desta feita, neste trabalho, o envelhecimento é analisado na perspectiva da totalidade, como um processo histórico e condicionado pelo modo de vida material. Compreende uma pesquisa de natureza bibliográfica, a partir de autores estudiosos do envelhecimento, descritiva e de perspectiva qualitativa.

## **REFLEXÕES SOBRE O ENVELHECIMENTO NO BRASIL**

O envelhecimento, de modo geral, implica deterioro ou diminuição da capacidade funcional, mas inseridos num contexto de trabalho/aposentadoria, político, cultural, social, familiar e de percepção de si e do mundo (FALEIROS, 2014). Isso implica dizer que o envelhecimento compreende um fenômeno cujas dimensões estão para além das questões meramente biológicas.

Nesse sentido, o envelhecimento compreende um processo biopsicossocial e heterogêneo, ou seja, as pessoas envelhecem de maneiras diferentes, possuindo particularidades, relacionados aos aspectos econômico-político, classe social, cultural, etnia, raça, orientação sexual, gênero e as relações geracionais. O ritmo, a duração e os efeitos do envelhecimento fisiológico reportam a diferenças relacionadas a fatores socioeconômicos, psicológicos, genético-biológicos, entre outros.

Lobato (2014) considera, que o envelhecimento é um fenômeno natural que acompanha as mudanças e transformações a nível biológico, psicológico e social, que ocorre através do ciclo de vida e que resulta em diferenças entre as gerações jovens e velhas. É necessário perceber a complexidade desse fenômeno num campo das várias determinações com a demografia, com as perdas biológicas, de funcionalidade e sociais, no processo de trabalho, de trocas em diversos âmbitos e em seus estilos de vida.

O envelhecimento deve ser compreendido numa perspectiva de totalidade e vinculado a realidade concreta, numa leitura que conceba o mundo como um complexo inacabado, dinâmico e contraditório, analisando a realidade criticamente enquanto fenômenos interligados, históricos, que possuem condicionantes e são passíveis de transformação. Faleiros (2014), fazendo referência ao pensamento de Marx, assinala que o indivíduo tem que ser olhado no contexto e na sua produção em sociedade, separando a compreensão isolada ou abstrata dos fenômenos ao pensá-los concretamente.

O processo de envelhecimento aconteceu em momentos e ritmos diferentes entre os países, exigindo uma reorganização nas políticas públicas, principalmente, na saúde, pois esse grupo exige cuidados que são desafiadores, como doenças crônicas e degenerativas, que levam a disfunções nos últimos anos de vida do idoso.

Segundo Kalache (1987), os fatores determinantes do envelhecimento, a nível da população de um país, são, fundamentalmente, ditados pelo comportamento de suas taxas de fertilidade e, de modo menos importante, de suas taxas de mortalidade. No Brasil, a transição demográfica se inicia com a redução das taxas de mortalidade e com a queda das taxas de natalidade, ou seja, menos crianças ingressando na população, o que significa uma redução de jovens na mesma população, provocando significativas alterações na estrutura etária desse segmento.

De acordo com Miranda, Mendes e Silva (2016), nosso país envelhece a passos largos. As alterações, na estrutura populacional, são claras e irreversíveis. Desde a década de 1940, é na população idosa que se observam as taxas mais altas de crescimento populacional. Esse crescimento da população idosa gera uma série de alterações na sociedade, relacionadas ao setor econômico, ao mercado de trabalho, aos sistemas e serviços de saúde e às relações familiares.

De fato, os idosos, população de 60 anos ou mais, é o segmento da população que mais cresce no país. Em 2011, havia 23,5 de pessoas com 60 anos ou mais, passando de 9% em 2001 para 12,1% em 2011, aumento de 34,4%. É importante observar que o grupo com 80 anos ou mais chegou, em 2011, a 1,7% da população, com aproximadamente 3.319.000 de pessoas (FALEIROS, 2014). Acredita-se que esse segmento já alcançou 14% da população brasileira no ano de 2020. Para o ano de 2025, projeta-se que o Brasil será o 6º país com a maior população idosa.

Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), mostram as mudanças ocorridas na estrutura etária da população brasileira. Em 1940, a população de 65 anos ou mais representava 2,4% do total, e em 2019, o percentual passou para 9,5%, indicando que o brasileiro está vivendo por mais tempo, aumentando a expectativa de vida que no mesmo período passou de 45,5 anos para 76,6 anos. Em 2050, os idosos corresponderão a, aproximadamente, 28% da população.

Com o crescimento acelerado do número de idosos, o perfil de morbidade e

mortalidade nos leva a um agravamento no quadro epidemiológico com incapacidades, doenças e sequelas que exigem do sistema de saúde uma organização contínua e multidisciplinar, com uma atenção integral a esta população. São necessárias políticas e programas de saúde que garantam os cuidados na atenção básica com a prevenção e promoção da saúde para uma melhor qualidade de vida associado a fatores sociais, econômicos, culturais e comportamentais, prolongando a vida com um envelhecimento saudável e ativo.

Com relação à saúde, a grande maioria dos idosos depende do Sistema Único de Saúde (SUS) e apenas uma pequena parcela deste segmento consegue pagar planos privados de saúde que se tornam mais caros para os mais velhos. Na medida em que a pessoa envelhece, aumenta as chances de contrair doenças crônicas que levam a gastos significativos com medicamentos de uso contínuo, obrigando os idosos de baixo poder aquisitivo a comprar o medicamento mais barato de sua receita médica (LOBATO, 2014).

O fato é que o crescimento da população idosa gera alterações na sociedade, algumas, aqui, já mencionadas, aumentando as demandas sociais e econômicas em todo o mundo. No Brasil, o processo de envelhecimento tem ocorrido muito rápido, diferente do que aconteceu em muitos países desenvolvidos, que ocorreu lento e com melhores condições sociais. Especialistas apontam que o Brasil não está preparado para a nova realidade demográfica e precisa adotar políticas de cuidados específicos, especializados e direcionados às particularidades advindas com o processo de envelhecimento, sem excluí-los da sociedade.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014), a proporção de pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza caiu de 8% em 1990 para 0,7% em 2012, mas a maioria relativa desse segmento (49%) continua com ganhos de até um salário-mínimo e 72,4% têm ganhos de até dois salários mínimos. A grande maioria (76,8%) recebe algum benefício da previdência social, mas aproximadamente um quarto dos idosos reside em domicílios com rendimento mensal per capita inferior a 1 salário-mínimo (FALEIROS, 2014).

Os ganhos expressivos obtidos com a longevidade da população brasileira não significam que os idosos estão vivendo melhor. Uma questão importante é a dependência no processo de longevidade, que exige cuidados prolongados e ao mesmo tempo articulados aos cuidados paliativos, entretanto, a política de saúde, especificamente, em seus planos nacional, estaduais e municipais não dispõem de

uma atenção devida ao idoso. De acordo com Costa et. al (2017), apesar das legislações vigentes, as respostas dadas pelo Estado não são satisfatórias, pois se visualiza uma escassez e pouca efetividade de políticas destinadas às pessoas idosas, entre elas as de saúde. De uma forma geral, o sistema de proteção social brasileiro tem se caracterizado por ações fragmentadas e emergenciais, restritivas e segmentadas, eventuais e descontínuas, características essas que, em certa medida, perpassam todo o sistema.

Há, ainda, de se considerar no perfil da população idosa no Brasil o acesso à educação que é bastante reduzido. A escolaridade da população idosa não tem uma política consistente para o enfrentamento da vida contemporânea, a comunicação e o enfrentamento da violência. A escolaridade dos idosos é considerada baixa, ou seja, 30,7% dos idosos tem menos de 1 ano de escolaridade, dado variável de acordo com as regiões de nosso país. Na região sudeste, os idosos têm até 4 anos de estudos. O analfabetismo ainda é elevado, principalmente para os idosos que vivem no nordeste, na região do semiárido 65% dos analfabetos são pessoas de mais de 60 anos de idade (LOBATO, 2014).

A nova realidade demográfica brasileira está posta. As projeções indicam que em 2040 os idosos serão 23,8% da população brasileira e uma proporção de quase 153 idosos para cada 100 jovens. Urge o reconhecimento de que temos um país envelhecido e que precisamos de um planejamento adequado das políticas de proteção social, de forma que estas possam contribuir para uma atenção ao idoso efetiva e possamos ter o maior número possível de idosos vivendo com autonomia e dignidade pelo maior tempo possível.

Há, ainda, de se considerar que o envelhecimento populacional adquire dimensões singulares na vigência do capitalismo, que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e, em contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza, conforme veremos a seguir.

## **O ENVELHECIMENTO NA ORDEM CAPITALISTA**

Neste item, objetivamos situar o envelhecimento na sociabilidade capitalista. Tal abordagem se justifica pelo fato de que predomina entre os estudos sobre o envelhecimento abordagens a-históricas, a-críticas e fragmentadas que ocultam determinações constituintes do envelhecer na sociedade capitalista contemporânea.

Desta feita, corroboramos com Custódio (2018), para quem o envelhecimento deve ser tomado como um processo histórico e condicionado pelo modo de produção da vida material, o qual precisa ser entendido, considerando os efeitos da contradição entre capital e trabalho, que são inerentes a este modo de produção, na vida e na velhice.

Nesta perspectiva, é necessário compreender que o homem se realiza como ser social pelo trabalho. Logo, o trabalho é a categoria fundante do ser social. A sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem a suas necessidades. Essa transformação é realizada através de atividades que denominamos trabalho (NETTO; BRAZ, 2012). De fato, o homem, como um ser social, se constitui como um ser novo, complexo, que se distingue da natureza ao constituir a si mesmo através do trabalho enquanto produz a história.

O trabalho é uma atividade específica do homem, caracterizada a partir de uma prévia ideação, o homem transforma a natureza a fim de satisfazer uma necessidade. Custódio (2018) afirma que para Marx, nesse processo de trabalho, o homem modifica a si próprio, pois são produzidas novas necessidades e ainda se difunde a sociabilidade pela promoção de crescente interação entre os homens.

Importante destacar que, na sociedade capitalista, o trabalho se configura como um modo de exploração sem precedentes, a forma pela qual o trabalho se instala possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas e das relações sociais, tornando a sociedade cada vez mais complexa e desenvolvida. Nessa nova lógica, o trabalhador experimenta o estranhamento do produto do seu trabalho e, assim, para que ele sobreviva é preciso que venda sua força de trabalho. Ao deixar de lado as suas necessidades humanas o pensamento fetichista converte as próprias relações de produção em coisas (ALVES, 2019). Em suma, no modo de produção capitalista, o trabalho se converte em trabalho assalariado. Sendo assim, uma pequena classe dispõe dos meios de produção, a burguesia, e a massa dos indivíduos sociais é obrigada a vender o único bem que ainda possui, a sua força de trabalho, em troca de um salário como modo de garantir sua subsistência.

De acordo com Custódio (2018), a exploração é um traço constitutivo do modo de produção capitalista. O salário do operário corresponde a um valor menor do que o da riqueza produzida em sua jornada de trabalho, a qual é apropriada de

forma privada pelo burguês, compondo o que Marx designou de mais-valia, ou seja, o processo de trabalho no capitalismo é direcionado ao trabalho excedente pelo trabalhador que é apropriado pelo capitalista para obtenção de lucros. Nesse sentido, sob o capitalismo, a riqueza é socialmente produzida, porém, a apropriação desta é privada pelos donos dos meios de produção (burguesia).

Diante do exposto, ao inserir-se no mercado de trabalho, a força de trabalho passa a valer enquanto valor-de-troca, e as relações de trabalho passam a ser consideradas enquanto mercadoria. Dessa forma, o envelhecimento do trabalhador no capitalismo contemporâneo apresenta-se como um fenômeno que, necessariamente, precisa ser desvelado em sua singularidade, universalidade e particularidade (ALVES, 2019).

O processo de envelhecimento deve ser compreendido para além dos aspectos biológicos, cronológicos e demográficos. Na verdade, o envelhecimento é constituído por múltiplas determinações, entre elas, as de classe, gênero, etnia e raça do indivíduo, sendo a classe um determinante de primeira ordem, de acordo com Beauvoir (1990). Dessa forma, o processo de envelhecimento não pode ser compreendido como homogêneo e exclusivamente biológico.

Segundo Teixeira (2017), é a classe trabalhadora a protagonista da “tragédia” do envelhecimento. A protagonista da velhice pobre, da velhice desamparada, sem ou com baixa renda, sem bens e propriedade, a velhice doente, sem acesso às políticas públicas e dependentes dos poucos recursos familiares. A citada autora considera a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor na ordem do capital, principalmente, quando se perde o “valor de uso” para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida. Portanto, não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais.

Ao entendermos o envelhecimento como um processo que ocorre ao longo da vida dos sujeitos, fica evidente que este é condicionado pelas condições de miséria as quais é submetido o trabalhador, explorado pelo sistema capitalista, sem suas necessidades sociais atendidas. Este, via de regra, encontra-se em um incessante quadro de pobreza, com condições de vida precárias, sem acesso adequado a habitação, educação, lazer, saúde e outros mínimos sociais, de forma que não é



possível conceber um envelhecimento saudável numa sociedade que expropria a massa de trabalhadores de condições de vida dignas (CUSTÓDIO, 2018).

Feito essas considerações, fica evidente que o envelhecimento se constitui, no modo de produção capitalista, um problema social para determinada classe, a classe destituída de propriedade, exceto da sua força de trabalho. Seguindo esta perspectiva, Santos e Nascimento, assinalam que para Teixeira,

[...] a abordagem do envelhecimento humano deve partir do pressuposto da expressão da “questão social”, atribuindo centralidade à problemática social do envelhecer do trabalhador, e não como uma circunstância inexorável que atinge a todo grupo etário, independentemente de como a força de trabalho é expropriada e explorada (SANTOS; NASCIMENTO, 2020, p. 166).

Beauvoir (1990), em seu clássico “A Velhice”, considera que a sociedade capitalista não é apenas culpada, mas criminosa no que se refere ao trato dado a velhice. Abrigada por trás do mito da expansão e da abundância, trata os velhos como párias. Dessa forma, a nossa sociedade, impõe aos idosos estereótipos, que nos levam a enxergá-los como improdutivos, ultrapassados, que vivem doentes, entre outros estigmas. Portanto, o idoso, na sociedade de consumo, é considerado descartável, julgado como um ser impotente e improdutivo. A citada autora estremeceu a sociedade, especialmente dos países ocidentais, expondo, de forma contundente e crítica, a exclusão, o abandono e o desprezo experienciados, de maneira desumana, pelos velhos na chamada sociedade do espetáculo.

O fato é que se faz imprescindível compreender que a velhice deve ser contextualizada, sobretudo numa sociedade que exalta a juventude, que determina o valor do homem por sua capacidade produtiva e pelo seu poder de consumo e que o desconhece quando este perde tais capacidades. Não tendo mais utilidade para o capital, o trabalhador idoso é condenado à solidão, à miséria, às doenças, às deficiências, ao desespero, à condição de não humano, sem necessidades ou com menos necessidades do que os ditos produtivos. Esse é o processo que o idoso vivencia na sociabilidade capitalista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, pode-se assegurar que o Brasil não é mais um país de jovens. O aumento da população idosa nos faz perceber que o envelhecimento

populacional é um fato. Dados apontam que seremos, em breve, o sexto país do mundo com maior número de idosos. O alargamento da longevidade da população idosa indica novas perspectivas de vida, como, também, novos desafios correlacionados ao enfrentamento das expressões da questão social que afetam a velhice de muitas pessoas, classes, segmentos de classes e grupos.

O fenômeno deve ser visto como um triunfo da humanidade, embora não se possam perder de vista os novos desafios e necessidades, que devem ser reconhecidos e respondidos pelo Estado e pela sociedade, de modo geral. Para ser considerado como uma conquista, não basta um prolongamento no tempo de vida, é preciso que tenhamos uma longevidade com acesso à saúde, cultura, habitação, entre outras demandas sociais.

Reiteramos, ao final da reflexão, aqui construída, sobre o envelhecimento, que o mesmo deve ser visto numa perspectiva de totalidade e em movimento, pois compreende um objeto marcado por determinações e por contradições, as quais são estruturadas por um sistema de mediações. Isto significa compreender o envelhecimento como um processo biopsicossocial, com caráter heterogêneo, multifacetado e complexo, que percorre toda a vida do indivíduo.

Há, ainda, de se considerar e aqui registrar a relação histórica do serviço social com a questão do envelhecimento. A velhice e os velhos sempre foram objeto de intervenção do Serviço Social, desde o período de legitimação da profissão junto às instituições assistenciais do Estado, do empresariado e da Igreja Católica. Seja no âmbito da intervenção ou da produção do conhecimento, a profissão tem construído um importante aporte no que se refere a questão do envelhecimento. Assim, o Serviço Social, enquanto profissão com dimensão educativa e interventiva, juntamente com seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, sob a luz da teoria social marxista tem atuado na tentativa de mobilizar um processo de construção coletiva para a busca de efetivação, concretização e ampliação dos direitos sociais dos idosos, numa visão transformadora e crítica da realidade social.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, C. N. dos S. O descarte do trabalhador idoso no capitalismo contemporâneo e sua reutilização: elementos que os conduzem ao mercado informal de trabalho.

**Em Pauta.** Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 196-208, 2019.

BEAUVOIR, S. de. **A velhice.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

COSTA, F. M. et al. Reflexões acerca da proteção social para os velhos do Brasil. In: COSTA, J. S. (org.). **Aproximações e ensaios sobre a velhice.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

CUSTÓDIO, L. F. O. O processo de envelhecimento no capitalismo contemporâneo. UFES. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Vitória, 2018.

FALEIROS, V, de P. Envelhecimento no Brasil do século XXI: transições e desafios. **Argumentum.** Vitória (ES), v. 6, n. 1, p 6-21, jan./jun., 2014.

IBGE. **Expectativa de vida dos brasileiros.** Editorial: Estatísticas Sociais, 2021.

IPEA. Secretaria de Planejamento de Investimentos e Estratégias. Grupo Técnico para acompanhamentos dos ODM (Coord.). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:** Relatório Nacional de Acompanhamento Brasileiro: Ipea/MP/SPI, 2014.

KALACHE, A. Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. **Cadernos de Saúde Pública,** R. J., 3 (3): 217-220, jul./set., 1987.

LOBATO, A. T. G. **Envelhecimento e políticas sociais: possibilidades de trabalho do assistente social na área de saúde do idoso.** Campinas: Papel Social, 2014.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. C. G.; SILVA, A. L. A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. In: **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, mai./jun., 2016.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, M. da S.; NASCIMENTO, M. B. da. O envelhecimento populacional na sociedade capitalista: entre o social e o econômico. **Temporalis.** Brasília, ano 20, n. 39, p. 163-176, jan./jun., 2020.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista. In: TEIXEIRA, S. M. (org). **Envelhecimento na sociabilidade do capital.** Campinas: Papel Social, 2017.